

**RECLAMAÇÃO Nº 39.017 - PR (2019/0295957-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECLAMANTE** : **CELIO FRANCISCO DE PAULA TOZZINI**  
**ADVOGADOS** : **NATANAEL ALVES DE CAMARGO - PR053937**  
: **RAFAEL ALVES SERVILHA - PR073945**  
**RECLAMADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**INTERES.** : **LADISLAU BORGES DE CAMPOS - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **HENIO VAN DER BROOCKE CAMPOS E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **CARLA FLEISCHFRESSER - PR015687**  
: **OSCAR FLEISCHFRESSER - PR021505**  
: **GERALDO CORDEIRO NETO - PR052341**

**DECISÃO**

**1.** Trata-se de reclamação ajuizada contra acórdão do TJ/SP, proferido em sede de agravo de instrumento.

Sustenta o reclamante afronta à decisão proferida por esta Corte Superior no IAC no REsp 1.604.412/SC.

É o relatório.

**2.** As hipóteses de cabimento da reclamação, consoante o novo CPC, são as seguintes:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

- I - preservar a competência do tribunal;
- II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;
- III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

Ainda que a Lei n. 13.256/2016 tenha alterado o inciso IV para dele extirpar a admissão da reclamação contra decisão contrária a precedente proferido em julgamento de casos repetitivos por este Tribunal Superior, o inciso V do § 5º desse artigo rende ensejo ao seu ajuizamento em casos tais, desde que tenham sido esgotadas as instâncias ordinárias:

§ 5º **É inadmissível a reclamação:**

[...]

- II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso

extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, **quando não esgotadas as instâncias ordinárias**.

Contudo, no caso, evidencia-se, de imediato, a impossibilidade do pedido correicional, visto que não está caracterizada nenhuma dessas hipóteses de cabimento.

Isso porque o requerente pretende a cassação de acórdão proferido em sede de agravo de instrumento, sem o exaurimento das instâncias ordinárias, em evidente inobservância ao inciso II do § 5º do art. 988 do CPC.

Conforme o rito procedimental previsto nos arts. 1.029 e seguintes do CPC, a parte deve manifestar o seu entendimento quanto à inobservância do recurso repetitivo mediante a interposição de recurso especial, o que não ocorreu no presente feito, em que a requerente ajuíza a reclamação contra a decisão proferida na apelação.

O Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, em decisão monocrática prolatada na Rcl n. 34.042/MG, publicada em 1º/6/2017, elucida o procedimento:

Relativamente às reclamações dirigidas ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 988, § 5º, II, do CPC/2015, o que deverá ser observado, quanto ao cabimento, é se o reclamante, a fim de esgotar as hipóteses recursais na origem, interpôs recurso especial sob a alegação de que o acórdão ali proferido teria deixado de observar entendimento fixado no julgamento de recurso repetitivo.

Caso seja negado seguimento ao recurso especial com fundamento no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015, a parte deverá, para desincumbir-se do esgotamento das instâncias ordinárias, ingressar com agravo interno, conforme previsão do § 2º do referido art. 1.030. Somente após o julgamento do agravo interno no Tribunal de origem é que estará aberta a possibilidade de ajuizamento da reclamação nesta Corte.

Por seu turno, o art. 1.030, I, "b", e § 2º, do CPC/2015, disciplina que:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – negar seguimento:

(...)

b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

(...)

§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

Em síntese, o manejo da reclamação do art. 988 do CPC/2015 é inadmitido como mero substitutivo do recurso cabível, sendo admitido tão somente para impugnar a

decisão colegiada de origem que tenha apreciado o agravo interno contra a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do art. 1.030, I, "b", do CPC.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - INVIABILIDADE - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU LIMINARMENTE A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Somente caberá reclamação quando um órgão julgador estiver exercendo competência privativa ou exclusiva deste Tribunal ou, ainda, quando as decisões deste não estiverem sendo cumpridas por quem de direito. 2. É inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo quando não esgotadas as instâncias ordinárias (ut. AgRg na Rcl 33.054/RS, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 22/06/2017;

AgInt na Rcl 33998 / SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 20/03/2018; AgInt na Rcl 34.019/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 14.8.2017; AgInt na Rcl 34.061/DF, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 21.9.2017) 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Rcl 35.515/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/05/2018, DJe 30/05/2018)

-----  
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. VEDAÇÃO DO ART. 988, § 5º, II, DO CPC/2015. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PRECEDENTES DO STF E STJ.

1. O cabimento da reclamação proposta para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial representativo de controvérsia pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 543-C do CPC/1973 ou 1.036 do CPC/2015) pressupõe o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (art. 988, § 5º, II, do CPC/2015). Precedentes do STF e STJ.

2. No caso, não houve o cumprimento do requisito, já que a reclamação pretende a reforma de acórdão proferido pela 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento de apelação cível.

3. Agravo interno a que nega provimento.

(AgInt na Rcl 32.930/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 28/02/2018)

-----  
RECLAMAÇÃO PROPOSTA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. RECLAMAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DA CORTE DE ORIGEM EM SEDE DE AGRAVO INTERNO DO ART. 1.030, §2º, CPC/2015, QUE DETERMINOU A NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE (ART. 1.030, V, CPC/2015) E

NÃO EM RAZÃO DA CONFIRMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE TESE JURÍDICA FIRMADA EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 1.030, I, "B", CPC/2015). IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE RECURSO CABÍVEL (AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, ART. 1.030, §1º, CPC/2015). RECLAMAÇÃO TAMBÉM MOVIDA PARA PRESERVAR A ORDEM DE SOBRESTAMENTO CONTIDA NA DECISÃO DE AFETAÇÃO DE REPETITIVO DESTE STJ. RECLAMAÇÃO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. SITUAÇÕES QUE NÃO SE ENQUADRAM NO ART. 988, IV, §4º E §5º, II, DO CPC/2015.

1. Antes do advento do CPC/2015, a jurisprudência deste STJ, seguindo o posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF, era firme no sentido de que não cabia reclamação ao STJ contra decisão que, com fulcro no art. 543-C, §7º, I, do CPC/1973, aplicava (corretamente ou não) entendimento firmado em recurso especial submetido ao procedimento dos recursos representativos de controvérsia. Essa jurisprudência, por certo, se estendia para os casos de suspensão/sobrestamento dos recursos, não sendo cabível a reclamação contra a decisão ou acórdão que aplicava (corretamente ou não) a suspensão determinada no momento da afetação do repetitivo, tendo em vista a regra de que "quem pode o mais, pode o menos" (raciocínio "a maiori, ad minus"). Precedentes: AgRg na Rcl 10.805-RS, Segunda Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 04.02.2013; AI 760358 QO, STF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 19.11.2009.

2. **Após a vigência do art. 988, do CPC/2015, passou a ser admitida a reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo após o esgotamento das instâncias ordinárias com o julgamento pelo Órgão Especial da Corte de Origem do agravo interno previsto no art. 1.030, §2º, do CPC/2015, interposto da decisão que inadmitiu o recurso especial por considerar o acórdão recorrido em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.** Precedentes do STF em casos análogos: Rcl. n. 24.385 AgR / MA, STF, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 08.08.2017; voto do Min. Luís Roberto Barroso na Rcl n. 25.090 AgR / RJ, STF, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 11.11.2016; Rcl n. 24.686 ED-AgR / RJ, STF, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 25.10.2016.

[...]

7. Reclamação não conhecida.

(Rcl 32.391/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 18/12/2017)

Não há, portanto, nenhum fundamento que permita dar suporte ao processamento da reclamação, a qual é, assim, manifestamente incabível.

3. Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial da reclamação, a teor do art. 34, XVIII, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator